

**MUNICÍPIO DE ABRANTES****Regulamento n.º 1125/2022**

*Sumário:* Aprova o Regulamento do Funcionamento e Gestão dos Refeitórios dos Estabelecimentos de Educação e Ensino da Responsabilidade da Câmara Municipal de Abrantes.

**Regulamento do Funcionamento e Gestão dos Refeitórios dos Estabelecimentos de Educação e Ensino da Responsabilidade da Câmara Municipal de Abrantes**

Manuel Jorge Séneca da Luz Valamatos dos Reis, Presidente da Câmara Municipal de Abrantes, faz público, no uso das competências conferidas pelas alíneas *b)* e *t)* do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e em cumprimento e para os efeitos do disposto no artigo 56.º do mesmo Anexo e do artigo 139.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, torna público que, após consulta pública, nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, a Assembleia Municipal de Abrantes, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea *g)* do n.º 1 do Artigo 25.º do Anexo I da citada Lei n.º 75/2013, aprovou na sua sessão ordinária realizada em 30 de setembro de 2022, sob proposta da Câmara Municipal de Abrantes aprovada na reunião realizada em 6 de setembro de 2022, o Regulamento do funcionamento e gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação e ensino da responsabilidade da câmara municipal de Abrantes, que entrará em vigor no dia imediatamente a seguir à sua publicação no *Diário da República*.

19 de outubro de 2022. — O Presidente da Câmara Municipal, *Manuel Jorge Séneca da Luz Valamatos dos Reis*.

O Funcionamento e Gestão dos Refeitórios dos Estabelecimentos de Educação e Ensino da responsabilidade da Câmara Municipal de Abrantes é uma resposta do Município de Abrantes, Pessoa Coletiva de Direito Público, com sede na Praça Raimundo Soares, 2200-366 Abrantes e rege-se pelas normas do presente regulamento e pela demais legislação aplicável.

**Preâmbulo**

No âmbito da transferência de competências para os Municípios definida na Lei n.º 50/2018, conjugada com o definido no artigo 35.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, “O fornecimento de refeições em refeitórios escolares dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário é gerido pelas câmaras municipais.”

De acordo com o definido no Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho (implementação de medidas de apoio socioeducativo, na gestão de refeitórios e no fornecimento de refeições escolares), bem como no Despacho n.º 19221/2008, de 18 de julho, referente ao “Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar” e no Despacho n.º 18987/2009, de 17 de agosto, que visa o “Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico”, a ação governativa na área da educação tem-se desenvolvido no sentido da promoção de medidas de combate à exclusão social e ao abandono escolar e de igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolar, procurando garantir o apoio socioeducativo às crianças da educação pré-escolar e aos alunos dos ensinos básico e secundário.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março, que estabelece o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da ação social escolar, é reforçada a necessidade de garantir um serviço de refeições aos alunos que frequentem a educação pré-escolar e os ensinos básico e secundário em estabelecimentos de ensino público ou particulares e cooperativos em regime de contrato de associação.

De igual modo, a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, vem consignar, no quadro de atribuições e competências das Câmaras Municipais em matéria de Educação, a criação, construção e

gestão de instalações, equipamentos e serviços integrados no património da Câmara Municipal, entre os quais se incluem os refeitórios dos estabelecimentos de ensino do Concelho de Abrantes.

Considerando o número de equipamentos da responsabilidade da Câmara Municipal de Abrantes no que concerne a refeitórios escolares, torna-se indispensável definir um conjunto de normas com vista ao seu bom funcionamento, possibilitando assim:

- a) A gestão eficiente dos refeitórios escolares;
- b) Facilitar o acompanhamento e controlo do funcionamento dos refeitórios escolares;
- c) Agilizar procedimentos no âmbito das parcerias existentes entre a Câmara Municipal de Abrantes, os Agrupamentos de Escolas e outras entidades;
- d) Normalizar as regras de funcionamento para todos os utilizadores, sejam utilizadores clientes ou utilizadores colaboradores que aí exercem a sua atividade.

De facto, a refeição escolar deve ser saudável, segura e nutricionalmente adequada às necessidades dos alunos, contribuindo para um correto crescimento, desenvolvimento e melhor rendimento escolar. Na cozinha e refeitórios escolares, estão implementados procedimentos de segurança alimentar baseados nos princípios do HACCP, cumprindo, deste modo, os requisitos previstos nas normas legais europeias, designadamente o Regulamento (CE) n.º 852/2004 de 29 de abril e suas alterações, relativo à higiene dos géneros alimentares.

Assim, no reconhecimento da importância dos refeitórios escolares e em consonância com a atuação da Câmara Municipal numa ótica de serviço público e de obtenção de maiores níveis de satisfação das necessidades reais dos alunos, pais e encarregados de educação, pretende-se com o presente documento definir as regras e normas de utilização e de funcionamento dos refeitórios escolares da rede pública do Concelho de Abrantes.

Neste contexto, é elaborado o presente Regulamento nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 112.º, e no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, do preceituado na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.

Este Regulamento foi objeto de publicitação e participação procedimental nos termos do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro na sua atual redação, bem como a consulta pública, nos termos do artigo 101.º do CPA, tendo sido aprovado em reunião da Câmara Municipal de 6 de setembro de 2022 e Assembleia Municipal de 30 de setembro de 2022.

## CAPÍTULO I

### Disposições Gerais

#### Artigo 1.º

##### Âmbito

O presente regulamento rege a uniformização das normas e dos princípios gerais de utilização de funcionamento e de gestão dos refeitórios escolares da rede pública do Concelho de Abrantes (identificados em anexo ao presente regulamento).

#### Artigo 2.º

##### Conceitos

Para efeitos do disposto no presente regulamento entende-se por:

1) Serviço de Refeições: o serviço que visa assegurar uma alimentação equilibrada e adequada às necessidades da população escolar, segundo os princípios dietéticos preconizados pelas normas de alimentação definidos pelo Ministério da Educação.

2) Refeição Escolar: as refeições servidas nos estabelecimentos de ensino cuja gestão cabe à Câmara Municipal de Abrantes.

a) A refeição escolar visa promover a saúde das crianças e jovens, através da disponibilização de almoços nutricionalmente equilibrados e com um valor energético proporcional às necessidades médias dos alunos.

b) É fundamental que a refeição escolar siga os princípios nutricionais de redução de nutrientes reconhecidos como prejudiciais, nomeadamente açúcares, gorduras e sal.

c) A promoção e disponibilização, sempre que possível de produtos sazonais, de produção local e de cadeia curta, minimizando a pegada ecológica e dinamizando a produção e o comércio local, devem ser sempre aspetos tidos em conta.

d) A refeição escolar poderá ser de confeção local confeccionada nas cozinhas dos estabelecimentos de ensino ou de confeção diferida, confeccionada em cozinha central e transportada a quente para os refeitórios de outros estabelecimentos de ensino.

3) Refeitório Escolar: a unidade de confeção ou preparação e distribuição de refeições escolares instaladas em estabelecimentos de ensino da rede pública, sob tutela da Câmara Municipal de Abrantes.

a) O refeitório escolar é uma das medidas de ação social escolar, que visa promover a equidade no acesso a refeições equilibradas, saudáveis e seguras.

b) O refeitório escolar deve ser um local de aprendizagens não formais, como sendo o respeito pelo alimento, evitando e combatendo o desperdício alimentar, de regras de convivência de atitudes positivas face a novos alimentos e novos sabores. Deve igualmente, ser um espaço seguro onde o risco de contaminação deverá ser apenas residual.

4) Escalão de Ação Social Escolar: escalão determinado pelo posicionamento do agregado familiar nos escalões de rendimento para atribuição de abono de família.

a) Escalão A — correspondente ao escalão 1 do abono de família — Isenção.

b) Escalão B — correspondente ao escalão 2 do abono de Família — 50 % do preço da refeição.

c) Outro Escalão — 100 % do preço da refeição.

5) Registo Biográfico: informação relativa aos utilizadores do serviço de refeições, designadamente nome completo, número de Identificação Fiscal (NIF), morada e código postal completos, identificação do encarregado de educação, contacto telefónico, *email* e escalão de ação social escolar.

## CAPÍTULO II

### Serviço de Refeições Escolares

#### Artigo 3.º

##### Destinatários e condições de acesso dos refeitórios escolares

1 — O serviço de refeições destina-se aos/às alunos/as matriculados nos estabelecimentos de ensino da rede pública, sob tutela da Câmara Municipal de Abrantes.

2 — O serviço de refeições poderá igualmente ser utilizado por docentes e pessoal não docente em exercício de funções no estabelecimento de ensino referido no ponto anterior.

3 — Os refeitórios escolares poderão ser utilizados por outros alunos e acompanhantes de outros estabelecimentos escolares e por outros adultos cuja atividade, nesse dia, contribua para a prática educativa da escola, desde que não prejudique a utilização por parte dos/as alunos/as e desde que os meios humanos e a sua capacidade o permitam.

4 — Para que se concretize o referido no número anterior, deverá existir acordo prévio com o diretor do Agrupamento de Escolas em que se integra o estabelecimento de educação e ensino e posterior autorização da Câmara Municipal de Abrantes.

5 — Não é permitido o fornecimento de refeições fora do espaço refeitório escolar, exceto quando autorizado pelo Agrupamento de Escolas e pela Câmara Municipal de Abrantes.

#### **Artigo 4.º**

##### **Fornecimento das Refeições Escolares**

1 — As refeições são fornecidas pelo município, que pode contratar a confeção e o fornecimento a entidades externas.

2 — O serviço de refeições está disponível diariamente (dias úteis) durante os períodos letivos de acordo com os calendários definidos anualmente pelo Ministério de Educação e pelos Agrupamentos de Escolas.

3 — Por situação especial ou de caráter extraordinário, os refeitórios escolares podem continuar o fornecimento de refeições, em sistema de “take away”, fora do período letivo ou durante as interrupções letivas.

#### **Artigo 5.º**

##### **Composição da Refeição Diária**

1 — A refeição diária é composta pelos elementos abaixo indicados, sendo definida de acordo com as orientações da Direção Geral de Ensino, sobre ementas e refeitórios escolares:

- a) Sopa de hortícolas;
- b) Prato principal de carne, de pescado ou vegetariano;
- c) Pão de mistura;
- d) Fruta/Doce;
- e) Água — única bebida permitida nos refeitórios escolares.

2 — É proibida a confeção de refeições escolares para serem fornecidas fora dos refeitórios escolares, excetuando-se aquelas que, por inexistência de cozinha no estabelecimento de ensino, tenham de ser transportadas.

#### **Artigo 6.º**

##### **Ementas das Refeições Escolares**

1 — As ementas são elaboradas tendo em conta as diferentes necessidades energéticas e nutricionais das crianças e jovens nesta fase de desenvolvimento, assegurando que todas as refeições fornecidas são: seguras, nutricionalmente equilibradas, sustentáveis, agradáveis, sociais, integradoras e saborosas.

2 — As ementas devem ser sempre compostas por:

- a) Sopa;
- b) Prato de peixe ou carne e respetivos acompanhamentos básicos da alimentação ou prato vegetariano;
- c) Pão embalado;
- d) Sobremesa, iogurte ou fruta.

3 — O consumo de bebidas alcoólicas e refrigerantes é expressamente proibido nos refeitórios escolares.

4 — A divulgação das ementas e dos alergénios alimentares nela contidos é feita no *site* da Câmara Municipal de Abrantes, na Plataforma de Gestão Escolar (SIGA) e nos estabelecimentos

de ensino, em local acessível e visível às/aos crianças/alunos, encarregados de educação, pessoal docente e não docente.

5 — As ementas podem sofrer alguma alteração por motivos higiénico-sanitários, por falha no fornecimento de matérias-primas necessárias à confeção, ou por motivos devidamente justificados e comunicados à Câmara Municipal e aos Agrupamentos de Escolas.

6 — A escolha da refeição vegetariana deverá ser efetuada preferencialmente no início do ano letivo, no entanto, pode ser feita até às 16:30 horas do dia anterior ao que será servida a refeição.

7 — Os refeitórios escolares podem fornecer refeições personalizadas ou com fins nutricionais específicos, desde que justificadas por atestado médico. Podem também existir dietas personalizadas devido a situações religiosas, desde que essa solicitação seja feita, previamente, para o Agrupamento de Escolas.

8 — No caso de necessidade de dieta específica (por intolerância ou alergias alimentares e indicação clínica), deverá ser entregue no estabelecimento de ensino, a declaração médica especificando o tipo de dieta necessária.

### Artigo 7.º

#### Preço das Refeições em Refeitórios Escolares

1 — O preço das refeições a fornecer aos/às alunos/as é o fixado em cada ano letivo, por despacho do Ministério da Educação.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, a refeição é gratuita para os/as alunos/as abrangidos pelo Escalão A. Para os/as alunos/as abrangidos pelo Escalão B a refeição é comparticipada em 50 %.

3 — O preço das refeições a fornecer a docentes e pessoal não docente e outros adultos referidos no n.º 3 do artigo 3.º, é o estipulado para o fornecimento de refeições nos refeitórios dos serviços e organismos da Administração Pública, nos termos da legislação própria.

4 — No caso pontual de utilizadores externos, o preço da refeição será acordado com a empresa de restauração coletiva à qual está adjudicado o serviço de refeições.

### Artigo 8.º

#### Inscrição no Serviço de Refeições/Plataforma de Refeições Escolares Pré-Escolar e 1.º Ciclo

1 — A inscrição no serviço de refeições ocorre, preferencialmente, aquando da matrícula (ou renovação de matrícula), formalizada através do preenchimento de formulário próprio disponibilizado num *link* no *site* da Câmara Municipal. No entanto, a qualquer momento do ano letivo, o encarregado de educação poderá formalizar a inscrição no serviço de refeições, após a qual poderá usufruir do mesmo.

2 — O Registo Biográfico dos/as alunos/as bem como dos respetivos encarregados de educação, devem estar devidamente atualizados. Em caso de alteração dos mesmos, os encarregados de educação deverão informar o serviço responsável.

### Artigo 9.º

#### Reserva/Requisição da Refeição

1 — A reserva das refeições obedece ao seguinte procedimento:

a) A requisição do serviço de refeições poderá ser realizada para todos os dias úteis da semana ou apenas para alguns dias.

b) A reserva de refeições deverá ser efetuada no serviço responsável, para os/as alunos/as do Pré-escolar e 1.º Ciclo, ou *online* ou nos quiosques eletrónicos, para os/as restantes alunos/as, até às 16:30 horas, do dia útil anterior.

c) Quando o/a aluno/a necessitar de almoçar algum dia da semana para o qual não tenha previamente reservado, poderá efetuar a reserva, no dia anterior até às 16:30 horas ou excecionalmente no próprio dia até às 10:00 horas.

d) Não são permitidas marcações de refeições após as 10:00 horas

e) A aceitação da requisição, feita no próprio dia, só poderá ser aceite até ao limite de 10 requisições de refeição, em cada estabelecimento de ensino.

2 — Todos/as os/as alunos/as, ainda que abrangidos pelo Escalão de Ação Social Escolar A e B, estão obrigados ao cumprimento do disposto no ponto anterior.

#### Artigo 10.º

##### Cancelamento de Refeições

1 — Se por motivo imprevisto o/a aluno/a não puder almoçar:

a) No pré-escolar e 1.º ciclo, o encarregado de educação deverá avisar o serviço responsável até às 16:30 horas, para que se possa desmarcar a refeição;

b) Nos restantes níveis de ensino, o/a aluno/a deverá desmarcar, *online* ou nos quiosques eletrónicos até às 16:30 horas, para que se possa desmarcar a refeição;

2 — Em caso de doença (casos excecionais), a desmarcação da refeição pode ser efetuada, até às 10:00 horas do próprio dia.

3 — O não cancelamento da refeição até às 10:00 horas do próprio dia, tem como consequência direta o pagamento da respetiva refeição.

4 — O disposto nos números 1, 2 e 3 do presente artigo, são de cumprimento obrigatório para todos/as os/as alunos/as abrangidos por qualquer escalão de ação social escolar.

#### Artigo 11.º

##### Regras de Utilização dos Refeitórios Escolares

1 — Os utilizadores dos refeitórios deverão:

- a) Fazer fila, por ordem de chegada, a fim de levantar o tabuleiro na sua vez;
- b) Ter postura correta à mesa;
- c) Utilizar corretamente os talheres;
- d) Conversar reservada e discretamente, evitando lesar os direitos dos outros contribuindo para um ambiente sereno e agradável;
- e) Cumprir as regras básicas de higiene adequadas ao espaço do refeitório escolar;
- f) Acatar as diretivas dos elementos que se encontrem a vigiar e a apoiar o refeitório escolar;
- g) Não brincar com a comida, com a água, ou com os utensílios;
- h) No final da refeição arrumar a cadeira e colocar o tabuleiro nos espaços adequados;
- i) Não permanecer no refeitório escolar após a refeição.

2 — No pré-escolar e 1.º ciclo, os elementos de apoio e vigilância têm como principal dever zelar pelo cumprimento das presentes regras de funcionamento, auxiliar as/os crianças/alunos durante as refeições e garantir o comportamento adequado dos mesmos e a sua intervenção deverá assumir um carácter educativo e pedagógico, fomentando um ambiente calmo e sereno.

3 — Os profissionais que desenvolvem a sua atividade nos refeitórios escolares e que garantem o serviço de refeição escolar, têm o dever de assegurar o funcionamento adequado desta resposta, nomeadamente o cumprimento das regras de higiene pessoal e segurança alimentar, nas vertentes de confeção e serviço, assim como a manutenção das instalações, cumprindo a legislação em vigor.

4 — É proibida a venda, cedência ou doação de excedentes alimentares dos refeitórios escolares para qualquer utilização, exceto situações autorizadas pela Câmara Municipal de Abrantes.



## CAPÍTULO III

**Competências/Direitos — Serviço de Refeições**

## Artigo 12.º

**Acompanhamento e Monitorização das Refeições Escolares**

1 — O acompanhamento e monitorização das refeições escolares é efetuado por responsáveis da empresa de restauração e pela Nutricionista que colabora com a Divisão do Conhecimento, da Câmara Municipal de Abrantes.

2 — Uma vez por mês a monitorização das refeições escolares pode também ser efetuada pelos pais e encarregados de educação. Esta monitorização, que consiste na prova da comida servida naquele dia, tem como objetivo verificar a quantidade e qualidade da refeição escolar.

## Artigo 13.º

**Competências dos/as Encarregados/as de Educação ou Alunos/as Maiores de Idade**

1 — É da competência dos/as Encarregados/as de Educação ou Alunos/as Maiores de Idade:

- a) Proceder à inscrição do/a aluno/a no serviço de refeições, no pré-escolar e 1.º ciclo;
- b) Informar, o serviço responsável, de qualquer alteração dos dados constantes na inscrição do/a aluno/a, nomeadamente morada e contactos telefónicos;
- c) Proceder à liquidação das faturas no prazo estipulado, no pré-escolar e 1.º ciclo;
- d) Dar cumprimento ao estipulado nos artigos 8.º, 9.º, 10.º e 11.º do presente regulamento;
- e) Assegurar que o seu/sua educando/a tem conhecimento e cumpre as regras de utilização do refeitório escolar constantes no artigo 11.º do presente regulamento.

2 — São direitos dos/as Encarregados/as de Educação ou Alunos/as Maiores de Idade:

- a) Ter conhecimento antecipado de ementa;
- b) Apresentar sugestões de melhoria ou reclamações do serviço prestado. As sugestões ou reclamações devem ser dirigidas à Divisão do Conhecimento através do *email* [educacao@cm-abrantes.pt](mailto:educacao@cm-abrantes.pt)
- c) Utilizar o refeitório para monitorização das refeições. Esta utilização pode ser feita uma vez por mês em cada escola, por dois Encarregados de Educação, sendo que um deles deverá obrigatoriamente pertencer à respetiva Associação de Pais e Encarregados de Educação.

## Artigo 14.º

**Competências da Câmara Municipal**

1 — No que se refere aos estabelecimentos ensino do pré-escolar e 1.º ciclo, compete à Câmara Municipal, através da Divisão do Conhecimento:

1.1 — Proceder ao preenchimento e atualização do registo biográfico dos utilizadores do serviço de refeições na Plataforma de Gestão Escolar (SIGA).

1.2 — Colaborar com o serviço responsável que em cada estabelecimento de educação e ensino assegurará:

1.2.1 — O registo diário de requisição e de assiduidade, na Plataforma de Gestão Escolar (SIGA);

1.2.2 — O preenchimento do registo mensal de funcionamento do refeitório, a remeter à Câmara Municipal.

1.3 — Proceder à validação mensal das refeições fornecidas, solicitando ao serviço responsável do estabelecimento de educação e ensino, em caso de divergência entre os registos na Plataforma de Gestão Escolar e os mapas de faturação da empresa de restauração coletiva, a reconfirmação de dados.

1.4 — Providenciar no sentido da emissão das faturas mensais devidas pelo fornecimento de refeições.

2 — No que se refere aos estabelecimentos de ensino dos 2.º e 3.º ciclos e secundário compete à Câmara Municipal de Abrantes:

2.1 — Proceder à validação mensal das refeições fornecidas, solicitando ao serviço responsável do estabelecimento de educação e ensino, em caso de divergência entre os registos e os mapas de faturação da empresa de restauração coletiva, a reconfirmação de dados.

## CAPÍTULO IV

### Pagamento do Serviço de Refeições

#### Artigo 15.º

##### Faturação e Pagamento do Serviço de Refeições Pré-Escolar e 1.º Ciclo

1 — As refeições são faturadas mensalmente em regime de pós pagamento, pelo que no 4.º dia útil do mês seguinte será emitida fatura com o número de refeições consumidas.

2 — Os/as encarregados/as de educação e outros requisitantes serão alertados/as via *email*, correio postal ou por SMS para procederem ao pagamento da quantia referente às refeições reservadas, com a respetiva referência bancária e data limite de pagamento. No caso de não receberem o aviso referido, devem contactar a Câmara Municipal de Abrantes para esclarecer a situação, e/ou consultar a Plataforma de Gestão Escolar, na sua área pessoal acedendo à (s) fatura (s) a pagamento.

3 — A não receção do aviso, nos termos do número anterior, não exclui a obrigatoriedade do pagamento devido por parte dos/as encarregados/as de educação e outros/as requisitantes.

4 — A fatura/recibo tem por base o número de refeições fornecidas mensalmente, de acordo com o mapa de registo.

5 — O pagamento poderá ser efetuado em dinheiro, nos serviços de tesouraria da Câmara Municipal de Abrantes ou na Loja do Cidadão, em qualquer caixa de Multibanco ou através de *homebanking*, na opção “Pagamento de Serviços”, utilizando para o efeito o número da entidade e a referência constantes na fatura/mensagem recebida, ou por débito direto até ao dia 20 do mês seguinte ao consumo das refeições.

6 — Não deverá existir mais do que duas faturas em atraso de pagamento, salvaguardando sempre a necessidade de justificação para tal situação.

#### Artigo 16.º

##### Incumprimento no Pagamento das Refeições Pré-Escolar e 1.º Ciclo

1 — Após a data limite de pagamento, o/a encarregado/a de educação será notificado/a via SMS, *email* ou correio postal da sua dívida, com a atribuição de novo prazo até ao final do mês (seguinte ao consumo das refeições), acrescendo juros de mora à taxa em vigor, devendo obrigatoriamente o seu pagamento ser efetuado nos serviços de tesouraria da Câmara Municipal de Abrantes.

2 — Aquando da existência de duas faturas em atraso, o serviço de refeições será suspenso.

3 — Da suspensão será dado conhecimento ao/a encarregado/a de educação, por carta registada.

4 — A falta de pagamento do serviço de refeições dará lugar à cobrança coerciva, através de instauração de processo de execução fiscal.

5 — O Serviço de Ação Social do Município avaliará a situação familiar e, caso se justifique, será dado conhecimento deste incumprimento à CPCJ — Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.



## Artigo 17.º

**Contencioso Fiscal**

Compete ao serviço de execução da Câmara Municipal de Abrantes a cobrança coerciva de dívidas à autarquia, decorrentes de incumprimento no pagamento da prestação de serviços, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o regime previsto no Código de Procedimento e Processo Tributário.

## CAPÍTULO V

**Disposições Finais**

## Artigo 18.º

**Divulgação e Publicação**

1 — O presente regulamento deve estar disponível para consulta em todos os estabelecimentos de educação e ensino onde existe serviço de refeições e no *site* oficial da Câmara Municipal de Abrantes (<http://cm-abrantes.pt/>).

2 — O desconhecimento do presente regulamento não justifica o incumprimento do mesmo.

## Artigo 19.º

**Dúvidas, Omissões e Atualizações**

As dúvidas, casos omissos e interpretações resultantes da aplicação do presente regulamento serão resolvidas por deliberação pela Câmara Municipal de Abrantes, tendo em consideração o parecer do Diretor do Agrupamento de Escolas e a legislação aplicável.

## Artigo 20.º

**Entrada em Vigor**

O presente Regulamento entra em vigor dia imediatamente a seguir à sua publicação no *Diário da República*.

315847021